

A *Revista Direito Público* – publicação oficial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado Acadêmico) do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) –, a partir desta edição, passa a ser publicada integralmente *on line*. Inaugurando o novo formato, traz aos seus leitores um conjunto de artigos organizados em duas seções: o dossiê temático “Acesso à justiça, carreiras jurídicas e administração do Sistema de Justiça”, sob a coordenação da Professora Doutora Luciana Silva Garcia, e a parte geral, com artigos diversos no campo do Direito Público.

O dossiê especial, uma continuação daquele publicado no nº 88 de 2019 da *Revista*, procurou problematizar vários subtemas inerentes ao tema do acesso à justiça: i) as estratégias utilizadas pelas organizações da sociedade civil, pelos movimentos sociais e por outros grupos para influenciar as instituições do Sistema de Justiça quanto ao reconhecimento e garantia de direito, em especial de populações em situação de vulnerabilidade; ii) o recrutamento e a formação das carreiras jurídicas, a mobilização de seus membros para ocupação de espaços de poder, análises sobre a evolução e a composição dos gastos com pagamento de pessoal das instituições do Sistema de Justiça; iii) experiências e análises sobre a gestão do Sistema de Justiça (incluindo ações de democratização das instituições, transparência dos dados, relação com outros poderes).

Abre a seção o artigo de Fausto Vecchio, da Università degli Studi di Enn, que analisa as principais características da formação do Estado constitucional de direito e reflete criticamente sobre a evolução e a configuração atual do equilíbrio entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, elucidando quais são as estratégias utilizadas para sanar os efeitos advindos da crise do Estado constitucional liberal democrático.

Na sequência, o texto de Igor Cordeiro, Luciana Garcia e Márcio Oliveira avalia, por meio de uma pesquisa empírica, como a administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por meio de suas unidades de atendimento à sociedade, promove e garante o acesso à justiça às partes que procuram os Juizados Especiais Cíveis desacompanhadas de advogado, permitindo a utilização do Sistema de Justiça sem essa representação.

O trabalho de José Humberto de Góes Júnior aborda a influência das ideias decorrentes da moral religiosa pentecostal e neopentecostal para o acesso à justiça e para a realização e defesa de direitos humanos no Brasil. Procura definir a Ética pentecostal e neopentecostal e sua influência para a construção de uma cultura político-jurídica brasileira, por meio de uma metodologia que mescla a Antropologia Jurídica com o debate filosófico baseado em conceitos da Filosofia Política, da História, do Direito e da Filosofia dos Direitos Humanos.

O artigo de Brunna Rabelo Santiago, Fernando de Brito Alves e Vitória Sumaya Yoshizawa Tauil trata da acessibilidade à justiça equitativa de gênero garantida pelo Núcleo Maria da Penha, projeto de extensão da Universidade Estadual do Norte do Paraná, a partir de uma *advocacy* feminista como carreira jurídica de enfrentamento das desigualdades de gênero. Já em “Ser juiz ou ser gestor – Percepções e práticas de gestão judiciária na magistratura estadual, federal e do trabalho no Estado de São Paulo”, Paulo Alves da Silva e Paulo Ricardo Arena Filho sistematizam e analisam a percepção e comportamentos dos Magistrados diante da necessidade de incorporar mecanismos de gestão em suas atividades ordinárias.

Fechando o dossiê temático, o texto de César Augusto Luiz Leonardo e Aline Buzete Gardinal analisa a atuação da Defensoria Pública na condição de *custos vulnerabilis* como elemento de participação democrática no processo, investigando os conceitos de hipossuficiência e de vulnerabilidade, para verificar os limites de atuação do órgão para promover o acesso à justiça de pessoas e grupos vulneráveis.

A Parte Geral da edição traz seis artigos. Da Universidade de Granada, Espanha, Valentina Faggiani analisa o caso Lachiri v. Bélgica, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), especificamente os usos do princípio da discricionariedade para embasar os posicionamentos restritivos direcionados a grupos minoritários; Daniela Dobre e Miguel Azpitarte Sanchez refletem sobre o impacto das medidas de austeridade adotadas no contexto da crise econômica de 2008 sobre os direitos de propriedade, a partir da análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

No campo do Direito Eleitoral, a *Revista* traz dois artigos: Ana Cláudia Santano analisa a legislação sobre financiamento de campanhas políticas no Brasil sob o ponto de vista econômico e Pedro Henrique Costa de Oliveira e Elísio Augusto Velloso Bastos analisam posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral sobre financiamento de campanhas eleitorais de mulheres nas perspectivas do positivismo jurisprudencial ou ativismo constitucional. Os artigos de José Eduardo Costa Devides, Daniel Barile da Silveira, Magno Federici Gomes e Ana Maria Alves Rodrigues refletem sobre temas do Direito Administrativo ao analisarem a descontinuidade de obras paralisadas por corrupção e a relação entre comercialização lícita de animais não humanos e o poder de polícia.

João Paulo Bachur

Editor-chefe